

“ANTES QUE SEJA TARDE”

RUMO À COP30



Ciclo de Debates
Na era da crise ambiental mundial

Textos, Entrevistas e Algumas notas afítas



“ANTES QUE SEJA TARDE”

Na era da crise ambiental, Caderno de Debates pretende contribuir para a reflexão acadêmica e a militância política face aos riscos que ameaçam a sobrevivência humana e planetária.

Sim, é disso que se trata: o planeta está colapsando e, ANTES QUE SEJA TARDE, é preciso modificar a maneira de pensar e sentir das sociedades modernas. A questão é: como sair dessa crônica da morte anunciada? Outro mundo ainda é possível?

Os sinais de alerta estão por toda parte: secas severas, chuvas torrenciais, derretimento das calotas polares... o planeta agoniza e a crise se agrava cada vez mais. E o que é pior: há trinta anos chefes de estado, empresários e líderes da sociedade civil reiteram compromissos que jamais são cumpridos!

Em 2024, o planeta alcançou temperaturas recordes, ultrapassando o 1,5 grau previsto para ocorrer nas próximas décadas! O tempo se comprime, a urgência se evidencia - salvo aos olhos dos negacionistas, verdadeiros cúmplices do desastre que se aproxima.

O modo de produção capitalista e as relações sociais inerentes a este sistema econômico, turbinadas pelo neoliberalismo, são os grandes responsáveis pela crise climática e o desequilíbrio ecológico. Sem mudança de mentalidade, o desastre que nos espreita será fatal.

Caderno de Debates reúne artigos, comentários e entrevistas com intelectuais, cientistas, militantes políticos e lideranças sociais sobre os desafios da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática que acontece em novembro próximo em Belém (COP 30). Este primeiro número é um subsídio ao Ciclo de Debates que acontece na UNILA e, nos próximos dias, contará com a participação de Leonardo Boff, João Pedro Stédile e Michael Löwy. Vejam entrevistas nessa edição.

Inúmeras pessoas contribuíram vivamente para este trabalho, cuja edição tornou-se possível graças ao apoio militante dos Coletivos: **Bule Caliente**, **Barnabés Irreverentes**, **Ni Mariposas Ni Cocodrilos** e, por último, mas não menos importante, **Capivaras Enfurecidas**. A todos eles e elas os nossos mais sinceros agradecimentos.

A Equipe Organizadora

LEONARDO BOFF

Leonardo Boff é um dos mais reconhecidos intelectuais e militantes da **teologia da libertação** e, nas últimas décadas, tornou-se também uma referência internacional na reflexão sobre a crise ecológica e ambiental. Nascido em Concórdia (SC), em 1938, é teólogo, filósofo e escritor, com mais de 60 livros publicados, traduzidos para diversas línguas. Foi frade franciscano, professor e figura central no movimento da Teologia da Libertação, corrente que, a partir da América Latina, buscou articular fé cristã, justiça social e opção pelos pobres.

TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA

Na década de 1980, Boff entrou em confronto com o Vaticano, acusado de marxismo e de “politicizar” a fé, sobretudo após a publicação de Igreja: carisma e poder (1981). Foi condenado ao silêncio em 1985 pela Congregação para a Doutrina da Fé, então dirigida pelo cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI). Em 1992, diante da pressão institucional, afastou-se da vida clerical, mas não da militância social e intelectual. Desde então, dedicou-se à docência universitária, à escrita e ao engajamento em movimentos populares, ambientais e de direitos humanos.

IMPORTÂNCIA PARA A LUTA SOCIAL E AMBIENTAL

Boff foi um dos primeiros a unir a crítica social da teologia da libertação à questão ecológica, dando origem ao que chamou de **ecoteologia** ou **ecologia integral**. Para ele, a crise ambiental não é apenas técnica ou científica, mas também ética, espiritual e civilizatória. Denuncia que o modelo capitalista, orientado pelo lucro e pela exploração ilimitada, destrói tanto a natureza quanto os mais pobres, os “condenados da Terra”.

Sua proposta é a de uma nova aliança entre humanidade e natureza, baseada no cuidado, na compaixão e no respeito aos limites do planeta. Por isso, suas ideias ecoam tanto em movimentos sociais quanto em debates acadêmicos e até em documentos oficiais da Igreja, como a encíclica Laudato Si’ (2015), do Papa Francisco, que contou com forte influência de seu pensamento.

PENSAMENTO E CONTRIBUIÇÕES

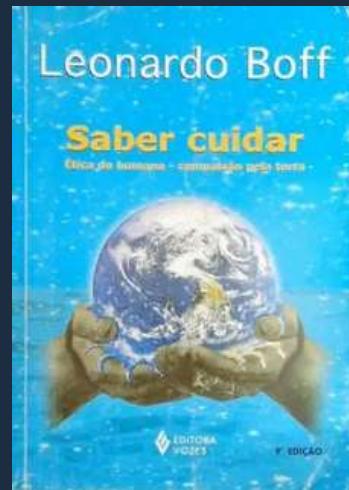
A obra de Boff é marcada por três eixos centrais: Teologia da libertação - defesa da opção pelos pobres, da igreja de base e da fé engajada na transformação social. Espiritualidade do cuidado - ênfase no valor ético-espiritual do cuidado como princípio estruturador das relações humanas e ecológicas. Ecologia integral - compreensão de que a justiça social e a preservação ambiental são inseparáveis; a degradação da natureza e a pobreza têm uma mesma raiz estrutural: o modelo de desenvolvimento capitalista.

PRINCIPAIS LIVROS

“Igreja: carisma e poder” (1981)

Obra que gerou sua condenação pelo Vaticano, por defender uma Igreja mais democrática e popular.

“Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres” (1995) – Um de seus livros mais conhecidos, relaciona destruição ambiental e exclusão social.



“Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra” (1999)

Obra de referência sobre a espiritualidade do cuidado.

“O cuidado necessário” (2002) – Aprofunda a noção de cuidado como eixo de um novo paradigma civilizatório.

“O futuro da Terra” (2009, com Frei Betto)

Diálogo sobre a crise ecológica e as alternativas de um futuro sustentável.

“Ecologia integral” (2015)

Reflexão que dialoga diretamente com a encíclica Laudato Si’, propondo uma visão sistêmica da relação entre sociedade e natureza.



RELEVÂNCIA ACTUAL

Hoje, Leonardo Boff é um dos principais porta-vozes do ecossocialismo de inspiração espiritual, que integra crítica ao capitalismo, defesa da ecologia e valores éticos e solidários. Sua influência atravessa fronteiras religiosas, alcançando militantes sociais, ambientalistas, intelectuais e lideranças políticas. Num momento de crise climática global, suas ideias sobre cuidado, ecologia integral e justiça social se tornaram ainda mais urgentes, apontando para uma transformação radical da forma como a humanidade habita a Terra.

BALANÇO ÉTICO GLOBAL

POR LEONARDO BOFF*

A TERRA É REDONDA 2708/2025

A humanidade enfrenta uma encruzilhada existencial, obrigada a escolher entre a perpetuação de um paradigma de acumulação anti-vida, que nos conduz à tragédia, e a adoção urgente de uma ética global baseada no cuidado, na fraternidade universal e no respeito por toda a comunidade terrestre.

A Presidência da COP30 e o Círculo do Balanço Ético Global, junto com o Movimento Global da Carta da Terra fizeram um convite aberto a todos os interessados para contribuírem para o Balanço Ético Global (BEG).

Portanto, como membro da Carta da Terra Internacional, me proponho responder às questões formuladas pela Presideênci da COP30. Vejo na Carta da Terra e na encíclica do Papa Francisco, Como cuidar da casa comum fontes inspiradoras para uma Ética Global face ao o nosso conturbado tempo.

Portanto, como membro da Carta da Terra Internacional, me proponho responder às questões formuladas pela Presidência da COP30. Vejo na Carta da Terra e na encíclica do Papa Francisco, Como cuidar da casa comum fontes inspiradoras para uma Ética Global face ao o nosso conturbado tempo.

Este sistema inumano e sem qualquer solidariedade jamais vai renunciar a suas vantagens e privilégios. A seguir a lógica do capital iremos ao encontro, cedo ou tarde, a uma grande tragédia ecológico-social que poderá afetar a biosfera, e no limite, a sobrevivência dos seres humanos sobre este planeta, que, limitado, não suporta um projeto de crescimento e desenvolvimento ilimitado.

Por que continuamos com modelos de produção e consumo que prejudicam os mais vulneráveis e não estão alinhados à Missão 1.5°C?

Não é do interesse do sistema dominante de produção que super-explora a natureza e os trabalhadores, pois, isso implicaria mudar de paradigma de acumulação para um paradigma de sustentação de toda a vida, humana e da natureza (CT§ I.). Os representantes deste sistema colocam o lucro acima da vida, a violência contra a natureza e os seres humanos e a competição acima da paz e da colaboração de todos com todos.

Não conhecem o fato cientificamente comprovado do “espírito de parentesco com toda a vida” (CT § Preâmulo c). Esse sistema impede “a justiça social e econômica e de erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental” (CT III§9). Nega o seu lugar no conjunto dos seres, pois todos são importantes para compor o Todo. O sistema de acumulação seja capitalista ou de outra denominação, é contra a lógica da natureza e do processo de cosmogênese, pois “deve-se tratar todos os seres com respeito e consideração” (CT § III,15), coisa que ele não faz. Aqui reside seu vazio ético.

O que podemos fazer para garantir que os países ricos, grandes produtores e consumidores de combustíveis fósseis, acelerem suas transições e contribuam com o financiamento dessas medidas nos países mais vulneráveis?

Devemos alimentar indignação contra esse sistema que tantas vítimas faz. Devemos ter a coragem de fazer todo tipo de pressão contra este sistema que mata e propor-nos a modificá-lo. Usar os movimentos que “cuidam da comunidade de vida com compreensão, compaixão e amor” (CT § I,2) e pressionar os Estados e as corporações. Saber usar as legislações existentes que protegem o meio ambiente e limitam a concentração de riqueza.

Tudo isso se conseguiu graças à pressão vinda de baixo. Mas não basta a indignação e a pressão. Devemos começar com algo novo e alternativo. O caminho mais direto e com bons resultados é viver e fomentar o “bioregionalismo”. Dar valor à região e ao território. Não aquele estabelecido com limites feitos arbitrariamente pelos Estados.

Deve-se assumir a região como a natureza a desenhou, com suas florestas, seus rios, suas montanhas, enfim, sua natureza com a população que lá vive. Ela possui sua cultura singular, suas festas, suas personalidades notáveis que aí existiram: “trata-se proteger e restaurar os sistemas ecológicos da Terra com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos que sustentam a vida” (CT § II,5). Pode-se realizar um modo de produção com os bens e serviços naturais locais, sem precisar grandes fábricas, nem fazer grandes transportes. Tirar da natureza o que se precisa e respeitar os ritmos dela e dar-lhe tempo para se recuperar (§ todo o número II: Integridade ecológica).

JOÃO PEDRO STÉDILE

João Pedro Stédile é um dos mais importantes líderes sociais do Brasil e referência mundial na luta pela terra e pela justiça agrária. Nascido em Lagoa Vermelha (RS), em 1953, formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e especializou-se em economia agrária. Desde jovem esteve vinculado às Comunidades Eclesiais de Base e à Pastoral da Terra, que o aproximaram da realidade camponesa e o inseriram nas lutas sociais do campo. Em 1984, foi um dos principais articuladores da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornaria a maior organização camponesa da América Latina.

TRAJETÓRIA E MILITÂNCIA

Stédile se consolidou como porta-voz nacional e internacional do MST, movimento que organiza famílias camponesas na luta pelo acesso à terra, pela democratização da estrutura fundiária e pela construção de um projeto popular de desenvolvimento. Sua militância é marcada pela clareza estratégica: a reforma agrária, para ele, não deve ser entendida apenas como distribuição de terras, mas como uma transformação estrutural que envolve soberania alimentar, educação, saúde, agroecologia, cultura e democracia no campo.

Ao longo de quatro décadas, Stédile tem participado de ocupações de terra, de negociações políticas e de mobilizações nacionais e internacionais. Sob sua liderança, o MST construiu milhares de assentamentos rurais, escolas do campo e cooperativas, tornando-se um símbolo da resistência camponesa.

IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL E A AMÉRICA LATINA

Stédile é considerado um dos mais influentes intelectuais orgânicos do campesinato latino-americano. No Brasil, sua atuação foi decisiva para manter viva a pauta da reforma agrária em meio à hegemonia do agronegócio exportador e da financeirização da agricultura. Internacionalmente, ajudou a inserir o MST em articulações como a Via Campesina, rede global que reúne milhões de camponeses, indígenas e trabalhadores rurais em defesa da terra, da biodiversidade e da soberania alimentar. Sua leitura crítica conecta a questão agrária às grandes crises da contemporaneidade – ambiental, climática e social –, defendendo a centralidade da agricultura camponesa e agroecológica como alternativa civilizatória

PENSAMENTO E OBRAS

Stédile alia a militância de base à reflexão teórica. Suas análises partem de uma perspectiva marxista e latino-americanista, ressaltando como a concentração fundiária e o modelo primário-exportador são pilares da dependência econômica brasileira. Ele insiste que a questão agrária é atual, e que não há futuro sustentável sem enfrentá-la. Outro traço de seu pensamento é a defesa da agroecologia como fundamento da reforma agrária popular.

Para ele, enfrentar o agronegócio não é apenas disputar terras, mas propor um novo paradigma produtivo, ecológico e democrático. Sem justiça ambiental, a crise climática e ecológica decorrente do modo de produção capitalista permanecerão como uma ameaça atroz à sobrevivência humana.

PRINCIPAIS LIVROS

“A questão agrária no Brasil” (série de volumes organizados desde os anos 1990)

Referência fundamental para compreender a história e os dilemas da estrutura agrária brasileira.

“Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil”

(com Bernardo Mançano Fernandes, 1999). Análise histórica e política sobre a formação do MST.

“A questão agrária hoje” (2005)

Reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da luta agrária diante do avanço do agronegócio.

“A questão agrária no Brasil: do século XX

ao século XXI” (2012) Atualização de suas interpretações sobre as transformações no campo brasileiro.



RELEVÂNCIA ATUAL

Hoje, Stédile continua sendo uma das vozes mais respeitadas da esquerda latino-americana. Sua militância demonstra a vitalidade do campesinato como sujeito político e histórico. Num contexto de crise ambiental e climática, sua defesa da reforma agrária popular e da agroecologia oferece não apenas um caminho para a justiça social no campo, mas também uma resposta estratégica às contradições do capitalismo global.

PROPOSTAS PARA ENFRENTAR A CRISE AMBIENTAL

POR JOÃO PEDRO STÉDILE

FOLHA DE S.PAULO 17 DE JUNHO DE 2025

Todos os dias, os jornais noticiam crimes ambientais cometidos por empresas e pelo agronegócio, ávidos por lucro fácil. A apropriação privada de bens da natureza — como terras, água, florestas, biodiversidade e minérios — proporciona lucros extraordinários.

O uso de agrotóxicos, por exemplo, mata a biodiversidade, desequilibra a natureza, contamina o solo, as águas do lençol freático, os rios, os peixes e até as chuvas. Assim, prejudica toda a sociedade e provoca enfermidades comprovadas, como o câncer.

A criação intensiva de gado bovino em grandes áreas, por sua vez, emite gases que contribuem para o efeito estufa, aumentando a temperatura do planeta.

O Congresso Nacional e o Poder Judiciário, com exceções, continuam “passando a boiada”, facilitando ações criminosas contra a natureza. As consequências estão diante de nossos olhos, prejudicando toda a sociedade: secas prolongadas, incêndios extensos, enchentes intensas, mudanças climáticas, aumento dos ventos e até nuvens de poeira incontroláveis.

O cientista Carlos Nobre tem alertado que a temperatura média do planeta aumentou 1,5°C e que 50 milhões de hectares de áreas degradadas no Brasil precisam ser reflorestadas. A amazônia está sob ameaça, o que pode alterar o ciclo agrícola e causar o avanço do mar, inundando cidades inteiras.

Mas quem se importa?

Os capitalistas e suas influências no governo pregam o crédito de carbono como solução. Ou seja, transformar o oxigênio das florestas já existentes em títulos que poderão ser vendidos no hemisfério norte aos poluidores, que lucrariam ainda mais. Sonham com a criação de um mercado de bilhões de dólares que, na prática, nada muda na defesa da natureza e no controle dos gases de efeito estufa.

Os festejos pelo aumento da exportação de soja e carne bovina escondem suas consequências para a natureza e o equilíbrio do ecossistema. O Brasil se apequena como país agroexportador, mesmo sendo capaz de construir empresas como a Embraer, que sozinha exporta metade do valor de toda a carne bovina.

Os movimentos populares do campo, as entidades ambientalistas, as igrejas, amplos setores da universidade e da comunidade científica têm defendido um programa com soluções necessárias e urgentes.

Precisamos de desmatamento zero. Não é necessário derrubar nenhuma árvore para atender às necessidades do povo. É preciso proibir a exportação de madeira e ouro. É urgente realizar um controle rigoroso das atividades de mineração e seus impactos ambientais.

O país precisa instituir um plano nacional de reflorestamento, com recursos públicos, para recuperar milhões de hectares em todo o território. Também é fundamental reflorestar as grandes cidades, a fim de enfrentar a poluição e amenizar o aumento das temperaturas.

É necessário encarar o problema do transporte individual movido a combustíveis fósseis, com um plano de transporte público de massa, gratuito e de qualidade. Além disso, devemos ampliar o uso da energia solar no maior número possível de atividades produtivas. No campo, é preciso avançar com a reforma agrária e criar um programa nacional de agroecologia para produzir alimentos saudáveis para todo o povo, sem o uso de agrotóxicos.

É hora de pararmos de nos iludir com soluções milagrosas na COP30, que tende a ser uma grande farsa —como tantas outras desde 1995.

MICHAEL LÖWY

Michael Löwy é um dos principais intelectuais marxistas contemporâneos, nascido em São Paulo, em 1938, e radicado na França desde os anos 1960. É sociólogo, filósofo e militante social, com carreira acadêmica construída sobretudo no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em Paris, onde se tornou diretor de pesquisa emérito.

Löwy se consolidou como um dos grandes representantes do marxismo heterodoxo, combinando tradição marxiana com contribuições da sociologia da cultura, teoria crítica e pensamento libertário.

A partir de Karl Marx, sua obra dialoga com autores marxistas como Rosa Luxemburgo, Walter Benjamin, Ernst Bloch, Georg Lukács, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui, Che Guevara entre outros, valorizando a dimensão utópica e revolucionária contra a rigidez dogmática de versões ortodoxas do marxismo.

Michael Löwy critica as interpretações que opõem de forma irredutível Karl Marx a Max Weber. Sem perder de vista os fundamentos do materialismo histórico e dialético, sua obra dialoga com intérpretes contemporâneos da cultura, da psicanálise e da religião. Michael Löwy também é um estudioso da América Latina, tendo escrito sobre o socialismo indo-americano de Mariátegui, o pensamento de Che Guevara, e a teologia da libertação, temas recorrentes em seus escritos militantes.

Nas últimas décadas, Löwy tornou-se um dos principais formuladores e defensores do ecossocialismo, concepção que conecta a crítica ao capitalismo global com a urgência da crise climática e ambiental. Löwy defende um socialismo ecológico, baseado em valores de justiça social, democracia radical e cuidados com a natureza, em contraste com as fracassadas experiências do socialismo real do século passado.

ASPECTOS CENTRAIS DE SUA OBRA

Marxismo e romantismo: Michael Löwy analisa como tradições culturais românticas alimentaram críticas radicais à modernidade capitalista.

Utopia e messianismo: Incorpora a inspiração de Walter Benjamin e Ernst Bloch para pensar a dimensão utópica e redentora das lutas sociais.

Teologia da libertação: Löwy foi um dos primeiros marxistas a levar a sério o diálogo com correntes religiosas progressistas da América Latina, enxergando nelas uma força emancipatória.

Ecossocialismo: Desde os anos 1990, Löwy vem defendendo que não há solução ecológica dentro do capitalismo. O ecossocialismo propõe uma ruptura civilizatória, substituindo a lógica do crescimento infinito e do lucro pela sustentabilidade e pelo bem viver.

PRINCIPAIS LIVROS

“Redenção e Utopia” (1989)

Estudo sobre o messianismo judaico, romantismo e utopia libertária.

“Walter Benjamin: aviso de incêndio” (2005)

Interpretação marxista do pensamento benjaminiano.

“Marxismo e Teologia da Libertação” (1991)

Diálogo pioneiro entre marxismo e cristianismo libertador.

“Revolta e Melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade” (com Robert Sayre, 1995)

Reflexão sobre a crítica romântica ao capitalismo.

“O que é o Ecossocialismo?” (2005)

Síntese acessível de sua proposta de transformação ecológico-socialista.

“O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 ao dias atuais” (2016). Apresentação e organização de pensadores marxistas fundamentais latino-americanos.

“Crítica ao capitalismo. Uma introdução ao ecossocialismo” (2019) – Introdução didática para novas gerações de militantes e estudantes.

RELEVÂNCIA ATUAL

Michel Löwy se firmou como uma das vozes mais lúcidas da esquerda internacional. Sua obra é crítica, aberta e interdisciplinar, transitando entre filosofia, sociologia, literatura, política e ecologia. Hoje, seu pensamento ecossocialista é referência para movimentos sociais, ambientalistas, sindicatos e intelectuais que buscam uma saída anticapitalista e sustentável diante da crise civilizatória.

“O MARXISMO DO SÉCULO XXI NÃO PODE SER SENÃO QUE UM ECOMARXISMO”

**ENTREVISTA COM MICHAEL LÖWY NA REVISTA CRITIQUE (AGOSTO DE 2025, "MARX VERDE")
POR GERMANA BERLATINI E DAVIDE GALLO LASSERE**

GB/DGL: Nos últimos quinze anos, assistimos a um renascimento de Marx no debate ecológico. A que devemos esse interesse renovado? Que recursos teóricos este autor oferece para pensar a crise climática e ambiental?

ML: A questão seria, antes, por que demorou tanto para redescobrir a contribuição de Marx para a ecologia. É verdade que esta é uma questão relativamente marginal em seus escritos, pela simples razão de que a questão estava apenas começando a ser abordada no século XIX.

Então, quais são suas principais contribuições neste campo?

Ninguém denunciou a lógica capitalista da produção pela produção, a acumulação de capital, riqueza e mercadorias como um fim em si mesma, tanto quanto Marx. A própria ideia do socialismo — ao contrário de suas miseráveis contrafações burocráticas — é a da produção de valores de uso, de bens necessários para satisfazer as necessidades humanas. O objetivo supremo do progresso técnico para Marx não é o aumento infinito de bens ("ter"), mas a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre ("ser").

Além disso, há passagens em *O Capital* em que os estragos causados pelo capitalismo ao meio ambiente são explicitamente discutidos; por exemplo, a conclusão do capítulo sobre a grande indústria e agricultura no Livro I, que delineia uma notável visão dialéctica das contradições do “progresso” induzido pelas forças produtivas:

“Todo avanço na agricultura capitalista é um avanço não apenas na arte de explorar o trabalhador, mas também na arte de espoliar o solo; todo avanço na arte de aumentar sua fertilidade por um tempo é um avanço na destruição de suas fontes duradouras de fertilidade. Quanto mais um país, os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, se desenvolve com base na indústria em larga escala, mais rapidamente esse processo de destruição se realiza. A produção capitalista, portanto, desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social apenas minando simultaneamente as duas fontes das quais brota toda a riqueza: a terra e o trabalhador.”

Aqui encontramos a ideia de que o progresso pode ser destrutivo, um “progresso” na degradação e deterioração do meio ambiente natural. O exemplo escolhido parece muito limitado – a perda da fertilidade do solo –, mas, ainda assim, levanta a questão mais geral dos ataques, pela produção capitalista, ao meio ambiente natural, ao que ele chama, em outra passagem, de “condições naturais eternas”.

GB/DGL: Você poderia explicar brevemente o que ele quer dizer com essa expressão? Marx não teve sempre uma concepção muito historicizada da natureza?

ML: Não creio que Marx "historicize" a natureza... ele analisa, é claro, como histórica, a relação entre humanos e natureza e as transformações da natureza pela atividade humana. Mas ele acredita, por exemplo, que a Terra como tal é uma "condição natural eterna" para a atividade humana. Ele retorna a esse argumento diversas vezes em O Capital:

"Todo o espírito da produção capitalista, orientado para o lucro monetário imediatamente próximo, está em contradição com a agricultura, que deve levar em conta o conjunto permanente de condições de vida da cadeia de gerações humanas."

Essa produção capitalista causa uma "ruptura irreparável no metabolismo" entre as sociedades humanas e a natureza, um "metabolismo prescrito pelas leis naturais da vida".

Poderíamos acrescentar, em nossa época, que o clima é uma dessas "condições naturais da vida", que estão sendo destruídas pelo produtivismo e pela arrogância (hybres) capitalista. Claro, também poderíamos argumentar que o clima tem uma história, que está até se acelerando em nossa época. Mas isso não contradiz a observação de que uma determinada temperatura, digamos, abaixo de 50 ou 60 graus Celsius, faz parte das "condições naturais de vida" para os humanos.

GB/DGL: Como você apontou anteriormente, segundo Marx, o desenvolvimento das forças produtivas é também, ao mesmo tempo, um desenvolvimento das forças destrutivas. Isso questiona radicalmente a filosofia determinista e teleológica da história que caracteriza passagens de sua obra e, ainda mais, a leitura dogmática oferecida no século XX por certos autores marxistas e por muitas instituições do movimento operário. Quais são as principais implicações teóricas e políticas de tal reversão?

ML: Certamente, uma leitura "determinista" e até "produtivista" de Marx dominou entre os marxistas dogmáticos do século XX, seja na social-democracia (quando ainda se afirmava marxista!) ou no "socialismo real" de estilo soviético. Os escritos de Marx, como a resposta à Crítica da Economia Política (1859), têm sido favorecidos, pois se prestam a leituras desse tipo. Ignoramos, portanto, tudo em Marx (ou Engels) que questiona uma visão linear da história como "progresso", determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Por exemplo, seus últimos escritos sobre a comuna rural russa como ponto de partida de um processo revolucionário que poderia poupar a Rússia dos horrores do capitalismo.

Ou os textos que criticam o produtivismo capitalista como uma "ruptura metabólica" entre as sociedades humanas e a natureza, revisados pelos ecomarxistas Bellamy Foster e Kohei Saito.

Dito isso, o marxismo é um pensamento em movimento, que não pode ser limitado aos escritos de Marx e Engels. O slogan de Rosa Luxemburgo, "socialismo ou barbárie" (1915), já transcendia a filosofia da história como progresso inevitável. E Walter Benjamin, em seus escritos da década de 1930, criticou a ideologia do progresso e a "ideia assassina de exploração da natureza" inerentes à modernidade capitalista.

O marxismo do século XXI só pode ser um ecomarxismo, que coloca a questão da relação com a natureza no centro da reflexão e no cerne da própria definição de socialismo. A crise ecológica e as mudanças climáticas eram pouco visíveis no século XIX, mas tornaram-se a questão econômica, social, política e humana decisiva do nosso tempo. O ecomarxismo do século XXI só pode romper com a ideologia do Progresso baseada no desenvolvimento das forças produtivas, retomando a crítica de Marx à reificação do mercado, ao fetichismo da mercadoria e à lógica do capitalismo, que consiste, segundo o volume 1 de *O Capital*, em "acumular por acumular, produzir por produzir".

O ecomarxismo também exige uma reformulação do programa socialista, que deve ter como horizonte revolucionário, como propõe Saito, "um comunismo do decrescimento".

GB/DGL: Você falou primeiro de Marx e depois aludiu a Luxemburgo e Benjamin. Poderia detalhar as principais fontes filosóficas do ecossocialismo?

ML: Depende dos autores. Para alguns, são os escritos de críticos da tecnologia, como os publicados por Jacques Ellul, ou de instituições modernas (escolas, hospitais), como os textos de Ivan Illich. Não nego o interesse desses autores, mas, para mim, as principais fontes do ecossocialismo são: Marx, relido de uma perspectiva antiproletária (como delineei na resposta anterior), o Romantismo anticapitalista e Walter Benjamin.

O Romantismo é muito mais do que uma escola literária do início do século XIX: é uma visão de mundo, que começa com Jean-Jacques Rousseau, mas continua até os dias atuais. O cerne dessa filosofia romântica é uma crítica à civilização capitalista industrial moderna, em nome de certos valores pré-modernos. Ela assume diferentes formas, desde a regressiva, sonhando com um retorno (impossível) ao passado, até a revolucionária, defendendo um desvio pelo passado em direção a um futuro utópico. A crítica romântica denuncia o desencanto do mundo, a quantificação universal e a mercantilização, mas também a destruição do meio ambiente pela civilização moderna.

Jean-Jacques Rousseau, em seu famoso Discurso sobre as Origens da Desigualdade entre os Homens (1755) - o verdadeiro manifesto inaugural do Romantismo - celebra o "selvagem" que, escreve ele, "vive em paz com toda a natureza e com seus semelhantes", e lamenta que a civilização tenha transformado o ser humano em "tirano de si mesmo e da natureza". Apaixonado pela natureza intocada, ele fala com nostalgia das "imensas florestas que o machado nunca mutilou".

Em nosso livro *Anticapitalist Romanticism and Nature* (Paris: Payot, 2022), meu amigo Robert Sayre e eu discutimos essa crítica romântica nos escritos de viajantes do século XVIII, como William Bartram, nas obras do pintor do século XIX Thomas Cole, na utopia comunista ecológica de William Morris e nos escritos do crítico cultural inglês Raymond Williams. Ecos contemporâneos dessa tradição podem ser encontrados no indigenismo ecológico de Naomi Klein.

Nessa tradição, um dos principais autores que discutimos é Walter Benjamin, por meio de sua crítica implacável — inspirada no Romantismo anticapitalista — à ideologia do progresso inevitável e à "ideia assassina de exploração da natureza" defendida pela civilização burguesa. A essas tendências destrutivas da modernidade capitalista, Benjamin contrasta a concepção da natureza como mãe generosa, característica das sociedades matriarcais do passado, e o sonho utópico de uma harmonia futura com o mundo natural sugerido por Fourier e Marx.

Um número crescente de ecossocialistas está interessado nos escritos de Walter Benjamin como uma fonte filosófica para uma concepção de história sensível aos aspectos destrutivos do "progresso" técnico e econômico promovido pela civilização capitalista.

GB/DGL: Em que medida tal referência ao pensamento romântico e utópico é compatível com um diálogo com as ciências naturais?

ML: Sem dúvida, existem românticos retrógrados, seculares ou mesmo obscurantistas que se opõem às ciências naturais. Mas, como Robert Sayre e eu lembramos em nosso livro sobre Romantismo e Natureza, um dos pioneiros das ciências naturais modernas, Alexander von Humboldt (final do século XVIII), foi um pensador romântico e crítico das destruições — desmatamento raro, empobrecimento da Terra, poluição etc. — provocadas pela civilização moderna.

Os românticos utópicos ou revolucionários não rejeitam a ciência como tal: o que questionam é seu uso pela sociedade capitalista industrial. Walter Benjamin, em suas Teses "Sobre o Conceito de História", de 1940, criticou não a ciência moderna, mas o culto ao progresso tecnológico, que "visa apenas o progresso do domínio sobre a natureza, mas a regressão da sociedade": sua expressão mais sinistra, aos seus olhos, é a tecnocracia fascista.

Essa atitude também é a dos ecossocialistas que se inspiram na crítica romântica da civilização. Longe de rejeitar as ciências naturais, eles se baseiam, por exemplo, em documentos do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), composto por cientistas de todo o mundo, para chamar a atenção para o aumento das temperaturas e a ineficácia das medidas tomadas até o momento para reduzir as emissões de CO₂. O que eles denunciam é a instrumentalização da ciência pelo sistema capitalista e sua dinâmica destrutiva. Eles não questionam as descobertas de Einstein e a física nuclear! Mas se opõem à energia nuclear, seja ela militar ou civil, perturbada pelo capitalismo (e sua cópia carbono, o "socialismo real"). O próprio Albert Einstein era um socialista com sensibilidade ecológica... Eis o que ele disse sobre a nossa relação com o meio ambiente:

"Um ser humano é parte de um todo que chamamos de Universo, uma parte limitada no tempo e no espaço. Ele vivencia a si mesmo, seus pensamentos e suas emoções como algo separado do resto, uma espécie de ilusão de ótica da consciência. Essa ilusão é uma espécie de prisão para nós, restringindo-nos aos nossos desejos pessoais e à afeição de algumas pessoas próximas. Nossa tarefa deve ser nos libertar dessa prisão, ampliando nosso círculo de compaixão para abraçar todas as criaturas vivas e toda a natureza em sua beleza."

Não é romântico?

GB/DGL: Após esta visão geral das fontes filosóficas do ecossocialismo, e antes de retornar aos pontos mais importantes do ecossocialismo no século XXI, gostaríamos de nos concentrar primeiro em outra questão à qual você aludi. Você falou da comuna agrária russa e — por extensão — do campesinato não ocidental. Ao longo do século XX, experiências camponesas da América Latina, África, Ásia e assim por diante renovaram o marxismo. Por que isso foi importante? Qual é o resultado dessas histórias múltiplas e variadas? E que horizontes políticos elas podem abrir hoje?

ML: Em todas as grandes revoluções sociais do século XX, os camponeses desempenharam um papel decisivo. Primeiro, na Revolução Mexicana de 1911-17, onde o Exército do Sul de Emiliano Zapata foi o ponto mais avançado e radical do movimento insurgente.

Como demonstrou o grande historiador marxista latino-americano Adolfo Gilly, os zapatistas formaram uma verdadeira comuna socialista no estado de Morelos. Na própria Revolução Russa, o proletariado foi o principal ator sociopolítico, mas sem o apoio do campesinato, o Exército Vermelho jamais teria vencido a Guerra Civil.

Deve-se levar em conta também que os trabalhadores eram frequentemente de origem camponesa, e o mesmo se aplica aos sovietes de soldados que desempenharam um papel decisivo na Revolução de Outubro de 1917 em Petrogrado. Nas revoluções chinesa e indochinesa, da década de 1930 até a vitória dos vietnamitas na década de 1970, encontramos novamente os camponeses como o principal sujeito do movimento revolucionário liderado pelos comunistas.

Finalmente, na América Latina, tanto a Revolução Cubana de 1959 quanto a Revolução Nicaraguense de 1979 foram lideradas por movimentos guerrilheiros cuja principal base social eram os camponeses. O episódio mais recente: o levante do EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) em 1994, que levou a uma experiência comunitária que continua até hoje, foi liderado por camponeses indígenas de origem maia.

Este papel revolucionário dos camponeses não havia sido previsto pelos grandes pensadores marxistas, desde o próprio Marx até Rosa Luxemburgo, Lenin ou Trotsky. Certamente, eles entendiam que uma revolução proletária não poderia ter tido sucesso sem o apoio dos camponeses, mas não imaginavam que o campesinato pudesse ser a principal força social do movimento revolucionário.

Este papel revolucionário dos camponeses não havia sido previsto pelos grandes pensadores marxistas, desde o próprio Marx até Rosa Luxemburgo, Lenin ou Trotsky. Certamente, eles entendiam que uma revolução proletária não poderia ter tido sucesso sem o apoio dos camponeses, mas não imaginavam que o campesinato pudesse ser a principal força social do movimento revolucionário. Victor Serge, em seus escritos da década de 1920 sobre o movimento revolucionário na China, é uma exceção. Foram, portanto, líderes comunistas como Mao Zedong e Ho Chi Minh que levaram em conta, em seus escritos, e especialmente em sua prática, esse papel das massas camponesas. É certo que os resultados dessas revoluções, uma vez no poder, são mistos: medidas sociais radicais foram, sem dúvida, tomadas, mas o poder foi monopolizado por regimes burocráticos e autoritários, sobre os quais os camponeses ou os trabalhadores não tinham controle.

Suas propostas foram rejeitadas na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, hegemonizada pelo stalinismo. O movimento massivo de resistência contra os fuzileiros navais dos EUA, liderado em 1927 pelo Exército dos Homens Livres de Augusto Sandino, também foi uma luta camponesa.

Quando uma insurreição contra a ditadura militar eclodiu em El Salvador em 1932, foi liderada pelo campesinato: foi a única revolta de massas liderada por um Partido Comunista (fundado por Farabundo Martí) na história da América Latina. Foi repudiada pela Internacional Comunista.

Foi somente com a Revolução Cubana e os escritos de Che Guevara que a reflexão marxista sobre o papel revolucionário dos camponeses foi retomada. Seus escritos sobre guerrilha atribuem um lugar central ao campesinato. Isso também se aplica ao líder revolucionário peruano (trotskista) Hugo Blanco, que liderou um importante movimento de lutas camponesas/indígenas no início da década de 1960, não na forma de guerrilha, mas sim de grupos armados de autodefesa. Nas últimas décadas, Hugo Blanco escreveu importantes textos em defesa do indigenismo camponês e do ecossocialismo: segundo ele, as comunidades indígenas já praticavam o ecossocialismo há vários séculos...

Na África, os camponeses assumiram um papel central nos principais movimentos anticolonialistas no Norte da África e nas colônias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau). Essas experiências alimentaram o pensamento de pensadores revolucionários, tanto marxistas quanto marxistas, como Franz Fanon e Amílcar Cabral. Infelizmente, após um período inicial de inspiração socialista ou autogestionária, os regimes que emergiram da luta anticolonial decaíram para o autoritarismo e a corrupção.

Hoje, ainda existem muitos movimentos camponeses com tendências anticapitalistas em todo o mundo. A maioria está unida na rede internacional Via Campesina. Um de seus componentes mais importantes é o MST, o Movimento dos Sem Terra do Brasil, que organiza centenas de milhares de camponeses e cujos ativistas e lideranças se identificam com o marxismo.

Os povos indígenas e os camponeses em geral são atualmente uma força sociopolítica na linha de frente da luta contra a destruição capitalista do meio ambiente, em defesa das florestas e da água. Isso é particularmente verdadeiro para os países do Sul Global, mas também para os Estados Unidos e o Canadá, onde os povos indígenas resistem aos oleodutos e à exploração de areias betuminosas.

Tanto a história das revoluções do século passado quanto a atual luta ecológica exigem uma renovação do pensamento marxista sobre o campesinato e as comunidades indígenas.

GB/DGL: Após este panorama histórico-político do campesinato nas revoluções socialistas do século XX, vamos agora nos concentrar no presente e no futuro. Você mencionou o decrescimento anteriormente e, em seguida, falou sobre questões agrárias e camponesas: quais são os princípios fundamentais do ecossocialismo no século XXI? Em torno de quais pilares teóricos e políticos podemos construir uma alternativa à devastação social e ecológica em curso?

ML: Para muitos marxistas, o socialismo é a transformação das relações de produção — por meio da apropriação coletiva dos meios de produção — para permitir o livre desenvolvimento das forças produtivas. O ecossocialismo do século XXI se inspira em Marx, mas rompe explicitamente com esse modelo produtivista. Certamente, a propriedade coletiva é essencial, mas também exigiria uma transformação radical das próprias forças produtivas:

- a) alterando suas fontes de energia (renováveis, em vez de combustíveis fósseis);
- b) reduzindo o consumo geral de energia;
- c) reduzindo ("decrescimento") a produção de bens e eliminando atividades desnecessárias (publicidade) e nocivas (pesticidas, armas de guerra);
- d) pondo fim à obsolescência programada.

O ecossocialismo também envolve a transformação dos padrões de consumo, dos meios de transporte, do planejamento urbano e dos "estilos de vida". Em suma, é muito mais do que uma mudança nas formas de propriedade: é uma mudança de civilização, baseada nos valores de solidariedade, igualdade, liberdade e respeito à natureza. A civilização ecossocialista rompe com o produtivismo e o consumismo, favorecendo a redução da jornada de trabalho e, consequentemente, a ampliação do tempo livre dedicado a atividades sociais, políticas, recreativas, artísticas, eróticas e outras. Marx se referiu a esse objetivo como o "reino da liberdade".

Para realizar a transição para o ecossocialismo, é necessário um planejamento democrático, guiado por dois critérios: a satisfação das necessidades reais e o respeito ao equilíbrio ecológico do planeta. É a própria população — uma vez libertada do exagero publicitário e da obsessão consumista fabricada pelo mercado capitalista — que decidirá democraticamente quais são as reais necessidades. O ecossocialismo é uma aposta na racionalidade democrática das classes populares.

Para realizar o projeto ecossocialista, reformas parciais não bastam. Uma verdadeira revolução social é necessária. Como essa revolução pode ser definida? Poderíamos nos referir a uma nota de Walter Benjamin, à margem de suas teses... Sobre o Conceito de História (1940): "Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Talvez as coisas se apresentem de forma diferente. Pode ser que as revoluções sejam o ato pelo qual a humanidade, viajando no trem, puxa os freios de emergência." Traduzido para os termos do século XXI: somos todos passageiros de um trem suicida, chamado civilização capitalista industrial moderna. Esse trem se aproxima, com velocidade crescente, de um abismo catastrófico: a mudança climática. A ação revolucionária visa detê-la — antes que seja tarde demais.

O ecossocialismo é tanto um projeto para o futuro quanto uma estratégia para a luta aqui e agora. Não se trata de esperar até que "as condições estejam maduras": devemos promover a convergência entre as lutas sociais e ecológicas e combater as iniciativas mais destrutivas dos poderes a serviço do capital. É o que Naomi Klein chama de Blockadia.

É por meio de mobilizações desse tipo que a consciência anticapitalista e o interesse pelo ecossocialismo podem emergir por meio das lutas. Propostas como o New Deal Verde fazem parte dessa luta, em suas formas radicais, que exigem o abandono efetivo dos combustíveis fósseis — em oposição àquelas que se limitam à reciclagem do "capitalismo verde".

Qual é o tema dessa luta? O dogmatismo operário/industrialista do século passado não é mais relevante. As forças na vanguarda do confronto hoje são os jovens, as mulheres, os povos indígenas e os camponeses. As mulheres estão muito presentes na formidável revolta juvenil lançada pelo chamado de Greta Thunberg — uma das grandes fontes de esperança para o futuro. Como explicam as ecofeministas, essa participação massiva de mulheres nas mobilizações resulta do fato de elas serem as primeiras vítimas dos danos ecológicos do sistema. Os sindicatos também estão começando a se envolver aqui e ali. Isso é importante porque, em última análise, não podemos derrotar o sistema sem a participação ativa dos trabalhadores, tanto nas cidades quanto no campo, que constituem a maioria da população. A primeira condição é que, em cada movimento, devemos associar os objetivos ambientais aos ecológico (encerramento de minas de carvão, poços de petróleo ou centrais térmicas, etc.) com garantia de emprego para os trabalhadores afetados.

Temos alguma chance de vencer esta batalha antes que seja tarde demais? Ao contrário dos chamados "colapsologistas", que proclamam em alto e bom som que a catástrofe é inevitável e que toda resistência é inútil, acreditamos que o futuro permanece em aberto. Não há garantia de que esse futuro seja ecossocialista: ele é objeto de uma aposta no sentido pascaliano, na qual se compromete toda a existência, num "trabalho pelo incerto". Mas, como disse Bertolt Brecht, com grande e simples sabedoria: "Quem luta pode perder. Quem não luta já perdeu."

“ANTES QUE SEJA TARDE”

Caderno do Ciclo de Debates
Na era da crise ambiental mundial

Textos, Entrevistas e Algumas notas aflitas

UNILA - PROEX
Setembro de 2025

EQUIPE

Ana Carolina Fiori - antropologia
Danielle Moura de Araújo - professora de antropologia
Henrique Leal Buriti - ciência política e sociologia
Ignacia Monserratt Ramos- antropologia
José Renato Vieira Martins - professor de ciência política e sociologia
Lohana Lisboa - ciência política e sociologia
Micaeli de Souza Etiene - ciência política e sociologia
Shary Cristina Sanchez Medina - ciência política e sociologia
Tabatha Nadiesda - antropologia
Tarsila de Brito Soares - ciência política e sociologia
Valentina Gonzalez Roncancio - antropologia
Vinícius de Oliveira Alves - ciência política e sociologia

Edição e arte gráfica deste número
Tabatha Nadiesda